



POLÍTICA OPERÁRIA

Balanço do 24J

Libertar-se da estratégia burguesa e redirecionar o movimento para a luta pelas reivindicações de empregos, salários, direitos, contra as privatizações e por vacinação universal, priorizando os pobres e miseráveis.

Milhares de manifestantes, em mais de 500 cidades, se ergueram no quarto dia nacional de mobilizações. Foi mais uma demonstração de disposição de luta contra o governo Bolsonaro. Os próprios organizadores, porém, já analisam que os atos perderam a "tração" por não terem havido fatos novos na CPI. Mesmo chegando a mais cidades, no geral, foram manifestações menos massivas que as anteriores. É urgente fazer um balanço da atual jornada de lutas, iniciada em 29 de maio, quanto a sua composição, estratégia, tática e métodos.

Os atos permanecem compostos majoritariamente pela pequena-burguesia urbana, sobretudo as camadas da juventude oprimida. Apesar da presença das centrais sindicais e direções de sindicatos operários, a classe operária está alheia às movimentações. Isso nos liga aos métodos: não há assembleias e chamados nas portas de fábricas e outros locais de trabalho. A preparação permanece aprisionada nas "plenárias" e "assembleias" virtuais. Porém, a ausência da classe operária tem total conexão com a estratégia dos atos, guiada pela bandeira de "Fora Bolsonaro e impeachment", que se conecta com os interesses eleitorais de desgaste do presidente tendo em vista 2022.

Essa diretriz política coloca o movimento de massas a reboque das disputas interburguesas, insufladas pelo teatro da CPI. A divisão entre as direções dos movimentos se dá apenas entre a remoção do governo via impeachment ou via eleições. Permanece o método da pressão parlamentar e reforçam-se as ilusões de que basta a substituição de um governo burguês por outro que os problemas das massas serão resolvidos. Por sua vez, para que o impeachment ou a candidatura de Lula obtenham sucesso, é necessário garantir a aliança com setores da burguesia. O "superpedido de impeachment" que agregou da CSP-Conlutas (PSTU) ao MBL materializa essa ampla frente. Por outro lado, a ala majoritária do PT que prefere enfrentar Bolsonaro nas urnas também se movimenta para agregar partidos burgueses sem os quais não pode retornar ao comando do executivo do país. Por isso, também, toda a responsabilidade pela mortandade é colocada exclusivamente em Bolsonaro, aliviando a responsabilidade dos governadores, do conjunto da burguesia e do imperialismo.



Nota-se, novamente, como essas movimentações mantêm as massas na passividade. Para colocar a classe operária em movimento, a coluna vertebral dos protestos deveria ser o enfrentamento à miséria e à fome. Seria necessário ter uma carta de reivindicações com as necessidades mais sentidas. Em primeiro plano estaria a exigência de emprego para todos, contra o fechamento das fábricas e postos de trabalho; pela recuperação dos salários e direitos perdidos; por salário mínimo e auxílio emergencial, conforme as necessidades das famílias trabalhadoras, não inferior ao valor calculado pelo DIEESE; por entrega de terras aos camponeses pobres e povos indígenas; por vacinação universal, priorizando pobres e miseráveis. Um eixo como esse automaticamente delimita o campo da independência de classe, os partidos burgueses não teriam espaço nessa luta. O terreno da ação não seria o parlamento, mas sim as ruas, onde as massas desenvolveriam a ação direta coletiva, com suas greves, bloqueios, piquetes e ocupações.

Os dias 13 e 16 de julho, a princípio, se apresentaram como dias de luta em torno de reivindicações concretas: contra a privatização dos correios, contra o marco temporal e por moradia. Porém, as direções não jogaram peso e subordinaram as manifestação ao "Fora Bolsonaro" transformando-as em um "esquenta" para o dia 24.

É urgente mudar a estratégia em curso. Os comitês e assembleias presenciais precisam ser erguidos e aprovar um programa de reivindicações a ser endereçado a Bolsonaro, governadores e patronato. O próximo dia nacional de lutas precisa contar com paralisações e bloqueios e desencadear a preparação da greve geral.

“Fora Bolsonaro” e Congresso presencial do ANDES-SN são aprovados no último Conad extraordinário

Ainda neste mês de julho, o 12º Conselho do Sindicato Nacional (CONAD) ocorreu de forma remota para rediscutir temas organizativos e políticos do sindicato e dos movimentos.

Diferente dos anteriores, em que o discurso radicalizado contra o governo não correspondia a nenhuma atividade contra as medidas que vinham sendo adotadas desde março de 2020, este CONAD foi marcado pelo antecedente dos três grandes atos nacionais (29 de maio, 19 de junho e 03 de julho) e pela preparação do ato nacional de 24 de julho.

Essa mudança de conjuntura repercutiu sobre os delegados e observadores da atividade online. Agora, ficava impossível manter o discurso de que grandes atos de rua, de que a mobilização massiva era uma “contrassenso” à “defesa da vida”.

Obviamente, sobretudo, os diretores de nosso sindicato não poderiam fazer uma autocritica do atraso quanto à luta que deveria ter se erguido contra o governo há tempos. Não poderia indicar que a passividade e o imobilismo de um ano levou ao aumento do desemprego, da retirada de direitos, do avanço das contrarreformas. A culpa, a responsabilidade, num senso comum que domina toda o campo da “esquerda”, é total e irrestrita do “governo genocida”. Que sindicatos e centrais sindicais, como a CSP-Conlutas, ao qual somos filiados, tenham aprovado medidas de diminuição de salários e suspensão de contratos (MP 936), que tenham permitido o fechamento de fábricas, sem ocupação e resistência, que tenham mantido a política do “fique em casa”, que resultou apenas na proteção de uma ultraminoritária classe média, enquanto a imensa maioria da população sofreu com o desemprego, a fome e a mortandade da pandemia é forçosamente ignorado pelas esquerdas e pelas direções sindicais. É como se Bolsonaro e sua gangue houvessem agido, durante todo este tempo, mais de 15 meses, com forças absolutas e sem possibilidade nenhuma de resistência (ao mesmo tempo em que víamos em países da América Latina, nos EUA, na Índia e outros países levantes ocorrendo contra os governos mesmo no auge da pandemia).

Neste momento, com parte da população que se descola completamente do governo, com a piora do desemprego e com o aumento da carestia da vida, estas mesmas direções e partidos oposicionistas buscam dirigir o movimento das

massas para o eleitoralismo burguês, para o desgaste do governo, de modo a reerguer um “velhíssimo novo” governo dos trabalhadores para 2022. Não é à toa que PSOL, partido que também compõe a diretoria do ANDES-SN, não tenha uma posição ainda para as próximas eleições: está entre apoiar os petistas ou posar de independente (até o segundo turno).

O “Fora Bolsonaro”, “consenso” no 12º CONAD Extraordinário, é parte da política institucional que prevê regularmente a saída de um governo ou outro (de “esquerda” ou de “direita” – isso não importa para os interesses da classe dominante) para preservar os interesses gerais daqueles que ditam as contrarreformas, que ditam o aumento da exploração do trabalho, impõem o desemprego, que é o conjunto da burguesia, de seus setores mais poderosos, ligados ao capital financeiro e às grandes empresas multinacionais. Se Bolsonaro não servir mais aos interesses destes setores poderá cair, como antes caiu Dilma Rousseff, e se erguerá um novo governo burguês para dar continuidade às contrarreformas e à destruição da força de trabalho. Essa propaganda toda em todo do “superpedido de impeachment” é apenas parte do jogo de cena parlamentar, para apoiar partidos oposicionistas e desgastar o governo, não é a política proletária, é parte da política de disputa interburguesa, que as direções sindicais assumem como se fossem “independentes”.

O movimento nacional de luta contra o governo deve partir das reivindicações mais sentidas e gerais, que atingem todos os governos e a classe capitalista. Deve ter como eixo central a defesa dos empregos, dos salários, dos direitos e contra as privatizações. Deve ter como tática a defesa da construção das greves no funcionalismo, na classe operária, nos setores dos serviços e na construção da Greve Geral. A paralisação da produção é o que pode, de fato, colocar contra a parede o governo e os capitalistas.

Como as forças objetivas da realidade são maiores que os obstáculos que as direções colocam aos movimentos e à luta, ficou impossível também, como já afirmamos no boletim passado, defender um Congresso Nacional do ANDES-SN de forma remota. Era um impasse intransponível. Se aceitassem que a maior instância de deliberação do sindicato fosse realizado remotamente (forma que já mostrou sua total impotência ao longo de um ano), a direção estaria se colocando no mesmo lodaçal que a maioria dos sindicatos traidores já se

Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME



A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$40

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

colocaram. Quebraria definitivamente a unidade entre discussão e execução, entre debate coletivo e ação conjunta, entre a democracia sindical e a prática pelega, cheia de discurso e muita traição. Para “manter a unidade”, a direção resolveu aprovar o novo Congresso presencial para o primeiro trimestre de 2022, condicionado à avaliação das condições sanitárias.

Obviamente, é planejamento tardio e representa um risco que a organização geral (e não apenas local como tem ocorrido em algumas seções de universidades) não oriente para a luta coletiva e de rua, porque a contrarreforma administrativa está à porta e pode ser votada ainda este ano. Mas sabemos que a maioria da direção e das seções sindicais do ANDES-SN aguarda o desdobramento das manifestações e, sobretudo, aguarda o jogo de cena parlamentar, o resultado da CPI da

COVID e do desgaste do governo nos próximos meses. A aprovação da presencialidade foi um passo esperado: aprovar o Congresso presencial, religando à luta interrompida em fevereiro de 2020, e esperar os próximos passos da disputa interburguesa.

Precisamos nos apoiar nas atuais manifestações de rua e buscar erguer os Comitês de luta e mobilização para atuar neste segundo semestre no conjunto de lutas concretas que estão à frente (intervenções nas universidades, Reuni digital, contrarreforma administrativa, privatizações). Erguer uma luta nacional por empregos, salários e direitos é fundamental para ganhar a conjunto da população e barrar a ofensiva capitalista, que também atinge e atingirá com mais força as instituições de ensino.

Sinasefe: Já passou da hora de retomar as Plenárias Nacionais presenciais para organizar a luta em defesa dos Institutos Federais

A direção nacional do Sindicato dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) está participando das manifestações pelo “Fora Bolsonaro” sem organizar a base para a luta. No ato do dia 24 de julho, o coordenador geral do Sindicato, Lobão (PSOL), afirmou que no próximo ato todos os servidores públicos do país estarão em greve, com os dizeres “o Brasil vai parar”, e que assim estamos rumos à grande vitória do “Fora Bolsonaro”. Porém, o PSOL não disse como pretende organizar a greve da educação. A começar pelos IFs, que está há mais de 1 ano e 4 meses sem Plenárias Nacionais presenciais. E, nem disse como trocar o Bolsonaro por outro governo burguês resolverá os problemas enfrentados pelos servidores, que estão sob ameaça da Reforma Administrativa orquestrada por toda a burguesia.

A necessidade da greve na educação, juntamente com outros setores, é indiscutível. Antes da pandemia os IFs já sentiam o sucateamento do corte de verba. Não foi à toa que em março de 2020, última plenária nacional, foi aprovada greve da educação com o Andes e Fasubra. Mas, com a pandemia a direção do sindicato se apoiou na política do “fique em casa” e passou a fazer apenas ações virtuais e atos simbólicos em Brasília. Assim, os servidores ficaram à mercê da pressão da Instituição, que impôs seu plano emergencial com o ensino remoto e agora planeja a imposição do retorno presencial.

A pressão pelo retorno presencial vem do poder econômico. É mais uma evidência do fracasso da política burguesa do isolamento social, que dita o retorno sem garantir a vacina-

ção universal. A campanha de retomada das atividades escolares é feita pela grande imprensa e pelos mesmos governadores que dizem fazer oposição ao governo Bolsonaro, como Doria (PSDB-São Paulo). A substituição de Bolsonaro por outro governo burguês, via Impeachment ou nas eleições de 2022 em nada resolverá as medidas de ataques aos serviços públicos e aos servidores. Assim como os trabalhadores das empresas privadas estão sendo atacados com as implementações das medidas provisórias que reduzem salários e suspendem contratos para favorecer os patrões, a burguesia pretende atacar ainda mais os serviços públicos para atender aos seus interesses.

É urgente a construção da greve dos IFs unificada com os demais explorados. É preciso retomar as assembleias e Plenárias Nacionais para construir uma pauta de reivindicações que de fato atenda aos interesses dos trabalhadores. Para isso, é necessário defender principalmente: 1) Abaixo o congelamento do Salário, enquanto o custo de vida aumenta, nosso salário está sendo corroído; 2) Contra a Reforma Administrativa, que ataca principalmente a estabilidade no emprego e divide os servidores públicos; 3) Contra o corte de verbas, que impede as condições de funcionamento dos campi, inclusive a adaptação da estrutura escolar em meio à pandemia. Que o governo garanta todas as condições de trabalho. 4) Unidade com os terceirizados - defesa da imediata efetivação dos trabalhadores terceirizados. Só assim vamos garantir a construção de uma forte greve da educação para derrubar o governo Bolsonaro e todos os ataques do Congresso Nacional e dos partidos da burguesia.

R\$ 15

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS



**Lições da
Comuna de Paris**
Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.



Marxismo
Teoria e Programa

**Nova
Coleção
Editorial**